

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IMPRENSA NO BRASIL: A GAZETA DO RIO DE JANEIRO (1808-1821)

Juliana Gesuelli Meirelles
Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas e
Departamento de História/ Unicamp

RESUMO

Este artigo apresenta a estrutura do primeiro jornal institucional brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821) que chegou ao Brasil com a vinda de D. João VI e a corte portuguesa. O objetivo é delinear as diferentes seções do periódico, apontando os primeiros contornos do que foi a atividade do redator neste jornal na sociedade luso-brasileira do Antigo Regime. Neste sentido, busco circunscrever, em linhas gerais, o recorte editorial do periódico, a importância de algumas de suas seções, a organização e trabalho dos diretores da folha além de apontar algumas vinculações e paralelos com a tradição de imprensa portuguesa também são delineados, para mostrarmos que havia um explícito diálogo e concepção da nossa incipiente imprensa com a tradicional *Gazeta de Lisboa*, folha oficiosa de Portugal desde 1715.

Este artigo faz parte de minha pesquisa de mestrado realizada na área de História Cultural (IFCH / UNICAMP) sob a orientação da Prof. Dr^a. Leila Mezan Algranti.

Palavras-Chave: Imprensa; Gazeta do Rio de Janeiro; Redator.

ABSTRACT

This article presents the structure of the first Brazilian institutionalized newspaper, Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821), which arrived in Brazil with the coming of D. João VI and the Portuguese court. Its objective is to present the different sections of this periodical, pointing out the first features of the editor's activity in that newspaper in the Portuguese-Brazilian society of the Ancient Regime. Thus, I try to limit the editorial section of the newspaper, the importance of some sections, the organization and work of the directors, besides pointing out some links and parallels with the Portuguese press tradition in order to show that there was an explicit dialogue and conception of our early press and the traditional Gazeta de Lisboa, a non-official paper in Portugal since 1715.

This article is part of my research for dissertation in História Cultural (IFCH/UNICAMP), under the tutoring of Prof. Dr. Leila Mezan Algranti.

Key words: *Press; Gazeta do Rio de Janeiro; Editor.*

INTRODUÇÃO

Ao longo dos quatorze anos de permanência da Monarquia na sede de seu mais importante território, o Rio de Janeiro viu florescer uma nova sociedade. Com a transferência da Corte Portuguesa para a América, em meados de 1808, as transformações ocorreram em inúmeros aspectos: no âmbito administrativo, profundas mudanças em termos culturais e econômicos, perpassando por medidas régias de suma importância (com a abertura dos portos às nações amigas¹), até o nítido crescimento da cidade. O Brasil vivenciou um momento raro em toda a história da colonização da América ao longo de três séculos, pois entre 1808 e 1821, os súditos fluminenses conviveram cotidianamente com D. João VI e sua Corte, cenário em que se delineava a estruturação do governo português deste lado do Atlântico.

De acordo com a historiadora Leila M. Algranti, a absorção da família real e de seus acompanhantes na nova sede do Império Português causou um total

reordenamento na cidade. Enquanto o Paço tornou-se o local onde se “tomavam as grandes decisões e se encontravam instalados os principais órgãos administrativos do império luso”, a recém-criada Intendência da Polícia tinha como função gerenciar “os problemas causados pelo impacto da chegada da corte e governava a cidade, atuando como uma espécie de prefeitura” (ALGRANTI, op.cit., p.,194.). Na prática, a Monarquia Portuguesa vivia uma situação inusitada e sem antecedentes, do ponto de vista da reorganização do poder político: sendo o Rio de Janeiro a nova sede do Estado, todas as decisões partiam agora da colônia americana para todo o Império, numa clara inversão de papéis, no *locus* do antigo *status* de Metrópole e Colônia (DIAS, IN MOTA, 1972).

As transformações sócio-culturais também ganhavam uma outra dimensão: era o *modus vivendi* da realeza portuguesa que se fazia presente na Corte. A Freguesia de Santana, por exemplo, foi um lugar politicamente privilegiado. Nessa região se concentravam os órgãos públicos, as atividades comerciais (varejista e manufaturas), além dos cortiços e casebres da gente pobre. Como afirma a historiadora Iara Lis C. Souza, devido a essa ampla diversidade social, a Freguesia de Santana tornou-se “local de paradas militares e das maiores festas reais e aí foi construída a varanda da aclamação de D. João e D. Pedro. Para lá afluía a população diversificada da cidade. Logo, eleger esse Campo como uma área de festas oficiais e da realeza significava também assegurar que a maior parte da população assistisse a elas e delas participasse”.

A partir de 1808, impunha-se um novo calendário oficial no Rio de Janeiro, cujas datas comemorativas entremeavam os dias santos da religião católica aos fatos políticos da monarquia. Em quase todos os meses era praticado um rito: dias de santos, celebrações, cortejos reais. Nessas comemorações predominava o viés lúdico, sendo que cada festejo tinha uma maneira particular de evocar a fé dos indivíduos. O *Corpus Christi*, por exemplo, foi uma festa especial. Nessa comemoração, “D. João ocupava o pátio e seguia junto ao corpo de Cristo, intercambiando os seus signos, forjando uma unidade e semelhança mútua, comemorando o corpo do Senhor e a Eucaristia.” (SOUZA, 1999, p.208). Intrinsecamente, a associação entre Jesus e o Príncipe tinha objetivos bem delimitados: durante o cortejo, ressaltava-se a aura sobrenatural do monarca, evidenciando sua natureza “divina”, colocando em prática a pedagogia do poder monárquico. “Era fundamental que os signos e sentidos da realeza circulassem pelo tecido social, fossem *comunicados e*, de alguma forma, apreendidos” (Idem.p.53. - grifo meu), elucidada Souza.

Para além da convivência com a figura do Príncipe Regente e de seus cortesãos, cerca de quinze mil pessoas a mais passaram a habitar o Rio de Janeiro.² Os negociantes da terra, os escravos, as sinhás, enfim toda a sociedade fluminense do período teve de se habituar a uma outra realidade, sobretudo no que se refere à vida cultural. Em 13 de maio de 1808, D. João VI sacramentava a primeira oficina tipográfica, a *Impressão Régia*. O documento não colocava a introdução da imprensa no Brasil como um fato extraordinário, mas antes como uma atividade administrativa necessária para o estabelecimento da Coroa deste lado do Atlântico. Ao analisar o fato pela ótica real, Borba de Moraes observou que “tudo se passou como se tratasse de dar novas funções a uma repartição existente, a Secretaria dos Negócios Exteriores (SIC) e da Guerra. Na verdade era o que acontecia. A administração não fora interrompida com a mudança da Corte para o Brasil. Continuou a funcionar sem interrupção com as mesmas praxes e rotinas” (MORAES, 1979, p.100). O Brasil passava, então, a ter a sua primeira tipografia, na Rua do Passeio. “A casa em que se instalou, de início, a Impressão Régia, foi a própria residência do conde da Barca (Antonio de Araújo), o mesmo que fizera o transporte para o Rio de Janeiro” (MARTINS, 1996, p.307), sendo depois fixada na rua dos Barbonios. De acordo com Valle Cabral,

O principal fundamento da Impressão Régia deveu-se a alguns prelos e tipos que de Portugal havia mandado buscar a Londres para a sua Secretaria de Estado nos negócios estrangeiros e da guerra, e que, achando ainda encaixotados em Lisboa, quando a corte portuguesa passou ao Brasil, foram então conduzidos ao Rio de Janeiro. Trouxe-os Antonio de Araujo Azevedo, depois conde da Barca na nau Meduza, que fazia parte da esquadra que transportou a família real e toda a corte (CABRAL, 1881, p. XIII).

As funções da Impressão Régia foram bem delimitadas no decreto real: era sua função imprimir *exclusivamente* todos os papéis ministeriais e diplomáticos do real serviço, incluindo aí não só os documentos da Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, mas de todas as outras repartições, imprimir obras de particulares, produzir e fazer circular o primeiro jornal institucional do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (CAMARGO e MORAES, 1993, p.XVIII).

Assim, no início do século XIX, a primeira gazeta brasileira nascia com características semelhantes à *Gazeta de Lisboa*, folha oficial portuguesa originada em 1715. A *Gazeta do Rio de Janeiro* seguia a dimensão padrão dos jornais estrangeiros (19 X 13,5) com formato *in-quarto* e também publicava notícias vindas de periódicos europeus, que chegavam no cais do Porto, no Rio, via comunicação

marítima. Geralmente, as informações eram de caráter político e se centravam sempre no setor denominado por Teresa Maria Rolo Fachada Levy Cardoso, de “Setor Noticioso”³.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* estava estruturada em duas partes: *seção noticiosa* e de *anúncios*. No primeiro campo a folha circunscrevia a fala do redator, incluía artigos escolhidos de diversos jornais europeus, apresentava cartas de militares e políticos de relevância no período, inseria informações burocráticas – como o balancete financeiro da Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro - e também noticiava o cotidiano da realeza: das graças do monarca para seus súditos civis e militares, como a distribuição de títulos de nobreza às diversas festividades do calendário real, como os aniversários do príncipe regente e as peças de teatro.

A prestação de serviços também era o foco do jornal e estava destinada à seção dos anúncios. Neles incluíam-se as publicações que se relacionavam ao universo cultural da cidade: informações marítimas, saídas de correio, vendas de livros e periódicos, mapas, vendas de escravos e imóveis, leilões etc. eram constantes e delineavam a relação existente entre a imprensa e a sociedade joanina no Rio de Janeiro, no início do século XIX.⁴ Com particularidades e lógicas distintas, a conexão entre esses espaços marcava a unidade da folha, pois ao integrarem-se, confeccionavam o caráter geral das notícias da primeira gazeta brasileira.

O amplo processo de comunicação foi marcado por uma complexa rede de relações existentes entre as características do trabalho do redator (a triagem das diferentes fontes e notícias a serem publicadas e o enfoque particularizado ao comentá-las) e sua íntima ligação com os interesses políticos da realeza portuguesa. Nessa intrincada teia estava circunscrita a atividade censória, o contato dos editores com os correspondentes ingleses (e, conseqüentemente, a importância da *periodicidade*), as delimitações das notícias consideradas de *confiabilidade* e a própria concepção de *gazeta* durante o governo de D. João VI no Brasil. Todos esses aspectos apareciam pelas páginas do periódico e estavam circunscritos a esses dois setores. Nesse sentido, ambas seções foram responsáveis pelo enraizamento e circulação de notícias no Rio de Janeiro, constituindo a dinâmica própria da folha, no período joanino.

Para Armitage, um viajante do período, a *Gazeta* foi um pobre papel impresso, sem grandes utilidades: “por meio dela só se informava ao público, com toda fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício (...) A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso

terrestre, onde nunca se tinha expressado nenhum queixume.”⁵ Se para alguns contemporâneos a estrutura e conteúdo da *Gazeta* pode ter soado como um jornal sem atrativos, é imperativo ressaltar que essa ótica não foi monolítica. Para muitos personagens do período, a folha representou um importante veículo de institucionalização da palavra impressa, cuja existência era crucial para seus interesses: das entradas e saídas dos navios à possibilidade da publicação de anúncios particulares, era patente a participação e interesse do público leitor pelas informações dos dois lados do Atlântico.⁶

Uma importante ressalva: o conceito de notícia no início do século XIX abrangia uma gama ampla e peculiar de sentidos bem distinta do que hoje concebemos.⁷ Notícia, portanto, era compreendida pelos luso-brasileiros como “Informação, conhecimento: notícia ao *público*”, além de abarcar o mundo da “erudição, [da] leitura” (SILVA, 1813, p.348, v.2 - grifo original) e, na altura, reproduzia a estrutura da *Gazeta*. “As notícias reuniam-se sob um título de publicação, com o registro de datas agrupadas em secções e seguindo uma determinada periodicidade” (LISBOA, In MIRANDA e OLIVAL, 2002, p.17).

Desse modo, saltam-nos aos olhos questões fundamentais sobre a *natureza* do trabalho do redator como profissional da imprensa. Vinculado à arena pública, qualquer escolha editorial que fizesse estava fadada a ser alvo de comentários e reflexões dos leitores do periódico. A partir da segunda metade do século XVIII, a conscientização da sociedade portuguesa em relação ao uso público que as pessoas privadas faziam da sua capacidade de julgamento permitiu que os indivíduos soubessem diferenciar a “opinião espontânea ou a mera discussão de posições diferentes” da nova atitude coletiva perante os fatos políticos então ocorridos, analisa a historiadora Ana Cristina Araújo, que investiga o universo da imprensa portuguesa no período (ARAÚJO, 2003, p.67).⁸

Assim, era essencial saber dirigir e focar o olhar para as fontes estrangeiras que circulariam pela cidade, uma vez que o periódico constituía monopólio senão da Coroa, dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O privilégio exclusivo da Impressão Régia pelos ministros do monarca já era uma das bases estruturais da imprensa oficial portuguesa desde 1752.⁹ Nesse sentido, é importante notar que D. João VI apoiou-se nessa **tradição** para implantar a primeira tipografia no Brasil. “O governo não tinha só receio das obras publicadas na Impressão Régia, mas até de todo e qualquer papel em que se achassem exarados os caracteres de Guttemberg” (CABRAL, 1881, p.XVIII), motivo pelo qual a junta diretora reunia-se duas vezes por semana decidindo (a “pluralidade”

de votos todos) os objetos relativos ao que seria publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro* (Idem.p.XXI). Ler, resumir, traduzir e inserir as notícias das folhas europeias no jornal era a atividade profissional do redator. Portanto, as *escolhas editoriais* e a circunscrição do conceito de *veracidade* eram intrínsecas às questões políticas do Império Português e, particularmente, associadas à sensibilidade dos editores do periódico, sobretudo o redator quando colocava sua pena e energia a favor da realeza.

A Junta Diretora era composta por homens ilustrados de estrita confiança de D. João VI. José Bernardes de Castro, além de diretor da Imprensa Régia durante o período joanino, foi deputado das mesas de inspeção do Rio de Janeiro e da Bahia e colaborador *d'O Patriota*, primeira revista literária fundada no Rio de Janeiro por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, em 1813 (Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, V. 4, Imprensa nacional, Lisboa, 1860, p.272). O então negociante Marianno José Pereira da Fonseca teve uma trajetória conturbada antes de 1802, quando foi chamado à vida pública.¹⁰ Bacharel formado em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra, Fonseca serviu na Junta do Comércio, foi administrador tesoureiro da fábrica de pólvora e censor régio da imprensa. Também foi senador do Império e, em 1821, foi eleito deputado da Junta Provisória criada no Rio de Janeiro, em meio à resolução das Cortes (MACEDO, op.cit.,p. 69-73). Já José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, era bacharel em direito canônico e filosófico. Especialista em retórica, exerceu a cadeira de Filosofia Racional e Moral da Bahia por mais de vinte anos. Entre 1808 e 1821, foi professor de economia política, deputado da Junta do Comércio, desembargador da Relação da Bahia e também censor régio.¹¹

Nota-se que os primeiros administradores exerciam cargos públicos e tinham, antes de tudo, uma função fiscalizadora. Ao analisar os meandros da censura joanina e a relação dos censores com o monarca, Leila M. Algranti destacou que “o cargo público no estado absolutista dignificava os indivíduos, e sempre foi uma forma de conquista de *status*, de prestígio e até de título de nobreza por parte daqueles que o ocupavam.” Algranti ressalta ainda que esses funcionários tinham perspectivas “de atrair a estima do rei, além de recompensas generosas pelos bons serviços prestados” (ALGRANTI, op.cit.,p.196). Desse modo, os leais servidores de D. João não poupavam esforços para conquistar sua confiança que, na prática, significava um importante reconhecimento público além de chamar para si a estima e recompensa por parte do soberano. Apesar da pretensão à imparcialidade do discurso, a *Gazeta do Rio de Janeiro* estampava em suas páginas uma epígrafe

de Horácio em latim: “*Doctrina sed vim promovet isitam, Rectiques cultus pectora roborante*” (A doutrina promove a força inata e os cultos corretos fortalecem os peitos), idéia que sinalizava tanto para os vínculos existentes entre a folha e o Estado, quanto para os limites interpretativos que seriam estabelecidos na relação da Junta Diretora com seus leitores.

Ao sintetizar o ponto de vista de uma Gazeta oficial portuguesa, na primeira metade do século XVIII, Lisboa enfatiza: “uma Gazeta não descreveria manifestações de insubordinação, ou sinais de tensão social dirigida contra as autoridades portuguesas em geral, e contra membros da família real em particular” (LISBOA op.cit, p.17), outro aspecto que também assemelhava as características discursivas da *Gazeta do Rio de Janeiro* à *Gazeta de Lisboa*.

Com o enraizamento da *Impressão Régia* e da *Gazeta do Rio de Janeiro* o Brasil consolidou a arte tipográfica e a vida impressa. (MARTINS, 1996, e MORAES, 1979). Porém, diferentemente das exaltações sociais, os protestos e resistências populares eram silenciados pela folha. A *Gazeta do Rio de Janeiro* jamais noticiava a indiferença e as ausências dos súditos nas festividades ou mesmo as quebras de luminárias, como a ocorrida em Portugal durante as comemorações pela Aclamação de D. João VI, em 1818 (LOPES, op.cit., p. 53). Os fatos que ameaçavam a estabilidade do Império Português e/ou não retratassem a imagem idílica que a Monarquia desejava veicular a todos os súditos não eram divulgados pela folha e compuseram, ao longo do tempo, uma ausência fundamental no leque informativo do periódico. As perdas do exército português durante as guerras napoleônicas, a Revolução Pernambucana, em 1817, a Revolução do Porto, de 1820, a adesão dos súditos e políticos à monarquia constitucional antes de 26 de fevereiro de 1821, as festas e revoltas escravas, a atuação dos capoeiras, a ação repressiva da Intendência da Polícia do Rio de Janeiro, entre tantos outros episódios, eram acontecimentos que não perpassavam as páginas do jornal, senão quando as conseqüências políticas já se faziam presentes para além dos domínios limitados pela realza.¹²

Apesar das ausências informativas do jornal, a própria fala do redator evidenciava, em muitos momentos, os espinhos intrínsecos a essa atividade. Ao comentar sobre a inserção de folhas inglesas antigas, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, então redator, circunscreve um aspecto do seu ofício:

(...) não acham inútil o trabalho, a que se sacrifica um Redator, quando oferece a esta escolhida porção de leitores os fundamentos e objetos; que tendem de

comum acordo ao bem do Estado, e à glória da Nação. Algumas vezes tem sido este o nosso fito e, por ventura temos conseguido o nosso intento (Gazeta do Rio de Janeiro, 16/03/1814, Nº 22).

Ao apontar as trilhas do caminho que seguia, o profissional das letras no período não foi nem vassalo, nem crítico: foi um letrado que colocava a público as vitórias, angústias, ansiedades e medos da profissão que exercia.¹³ Esse atributo era intrínseco aos “homens de talento” da época, os quais, como súditos do rei, eram “movidos por sentimentos como honra, orgulho e estima, que provocavam grandes turbulências e conflitos no meio em que viviam”, reitera Leila Algranti (ALGRANTI, op.cit,p.215). Assim, explicitar as falas dos redatores do periódico e seus múltiplos sentidos é mergulhar em um outro tempo, cujos paradigmas perpassavam valores e simbologias intrínsecos a ideologia do Antigo Regime Português. Tempos de guerra contra Napoleão, tempos de restauração do poder absoluto do rei na Europa, tempos de sufocar rebeliões nas províncias... tempos também em que exaltar o monarca, reafirmando a natureza do seu poder foi extremante necessário, mas não o suficiente a ponto de perpetuar suas raízes absolutas. Tempos, em suma, de repensar a estrutura do Império Português e também tempo de sugerir mudanças. Com vínculos oficiais, a *Gazeta do Rio de Janeiro* teve contribuição fundamental nesse processo e em todos esses “tempos”.

Nesse contexto, os diferentes sujeitos históricos, cada qual com o seu poder de intervenção na mensagem impressa que circulava pela cidade, fossem eles os “proprietários” do periódico, os censores, os impressores, o redator, os leitores¹⁴ e inclusive D. João VI, explicitam que todos estavam envolvidos nesse difícil processo de consolidação da imprensa no espaço urbano: mesmo que suas ações alcançassem graus díspares nessa atividade, eram eles produtores das notícias além de leitores responsáveis pela *construção de uma versão* (das múltiplas possíveis) da realidade veiculada pela ótica da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Em 24 de junho de 1808, José Bernardes de Castro, José da Silva Lisboa e o deputado Marianno José Pereira da Fonseca formaram a primeira Junta Diretora da tipografia real. Essa direção tinha o “o encargo de examinar os papéis e livros que se mandassem publicar livros e de fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes” (CABRAL, op.cit., p.XVI). Desde o início o estabelecimento utilizou-se do trabalho de aprendizes de fundição de tipos, uma atividade desenvolvida por meninos perfeitamente alfabetizados, desembaraçados e espertos e que tivessem interesse em aprender a arte tipográfica. Também contavam com os cargos de escriturário, de escrevente, de apontador, de tesoureiro além dos tradutores e do redator.

Da 1ª publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808, ao último número, em 29 de dezembro de 1821, houve um total de 1617 exemplares contando as publicações extras, que eram intituladas *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*. Enquanto a folha saía aos sábados e quartas-feiras, as *Gazetas Extraordinárias* não tinham dias específicos da semana para serem veiculadas, cujas publicações se tornaram, desde o início, prática comum na Corte. Essa estrutura do jornal foi mantida até julho de 1821, quando o periódico passou a ser trissemanal, saindo às terças-feiras, quintas-feiras e aos sábados. Na prática, a *Gazeta* tornou-se quase uma folha diária.¹⁵

Numa relação explícita com o público leitor, o redator já noticiava, no primeiro número da folha, a ordem que caracterizaria o periódico dali por diante: preço, periodicidade, local de venda, sistema de assinaturas. Todas essas informações sintetizadas na página 4 do jornal evidenciavam tanto a estrutura do periódico quanto a *intencionalidade* de seus proprietários, de consolidá-lo como o veículo de comunicação na cidade:

Faz-se saber ao Público: Que a Gazeta do Rio de Janeiro deverá sair todos os Sábados, pela manhã; Que se vende nesta Corte em casa de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros, no fim da Rua da Quitanda a preço de 80. r.s; Que as Pessoas, que quiserem ser Assinantes, deverão dar aos Seus nome, e moradas, na Sobredita Casa pagando logo os primeiros Seis meses a 1: 900 r.s; e lhes serão remetidas as folhas a Suas Casas no sábado pela manhã; Que na mesma Gazeta se porão quaisquer anúncios, que se queiram fazer, devendo enviar na 4ª feira no fim da tarde na Impressão Régia.

N.B. Esta Gazeta, ainda que pertença por privilégio aos Oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é contudo Oficial; e o Governo somente responde por aqueles papéis, que nela mandar imprimir em Seu nome.

Desde a primeira edição, a identidade do redator foi omitida nas matérias publicadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, aspecto mantido até o último exemplar, em 29 de dezembro de 1821. Não assinar o nome nos comentários editoriais¹⁶ cotidianos foi uma prática do jornal, independente de quem fosse o jornalista.¹⁷ Tal característica da folha, no entanto, não sinalizava somente para os limites estritamente informativos demarcados em suas páginas. Ao contrário, ao serem impressas, na seção intitulada “**Rio de Janeiro**”, as falas do redator apareciam antes dos artigos que escolhia publicar e eram eminentemente *opinativas*. Vejamos um típico exemplo do período, em 1813:

Rio de Janeiro 6 de Fevereiro

PELO (SIC) transporte Inglês, chegado a este porto com 50 dias, recebemos muito agradáveis notícias da Rússia. Não sendo possível inserir neste N° o que referem as Gazetas, nos contentamos em anunciar que Bonaparte foi batido em toda a parte, e com o resto da cavalaria fugiu para Smolensk, onde se achava. Esta interessantíssima notícia não pode deixar de animar as esperanças; e por isso ainda em falta de mais circunstância da relação, nos apressamos a congratular-nos com os nossos Leitores (GRJ, 6/02/1813, N°11).

Peça fixa durante todo o período, “**Rio de Janeiro**” era geralmente veiculada com a data da edição do jornal – como vemos no exemplo acima -, porém, esse aspecto não foi uma constante da seção no periódico, podendo ser publicado apenas sob o título de “**Rio de Janeiro**”. De extrema importância, a seção “**Rio de Janeiro**” era parte privilegiada da folha: nela as nuances dos dizeres do redator apontavam para as delimitações das atividades jornalísticas, o que circunscrevia o encaminhamento do trabalho de edição das notícias. Além disso, era nesse espaço que o redator fazia seus comentários sobre os numerosos fatos políticos (ocorridos na Europa e/ou no Brasil), bem como sobre os assuntos cotidianos da cidade. Pelas páginas noticiosas da folha, a pena do redator direcionava-se quase que exclusivamente para as notícias da vida monárquica e da Corte: os diversos festejos públicos¹⁸, aniversários reais, falecimentos de nobres cortesãos portugueses que cá estavam, a chegada de militares e políticos ingleses, visitas de artistas europeus, a chegada de navios com gazetas européias, as cartas de personagens políticos e militares do período, entre tantas outras notícias, davam o tom da *Gazeta* e singularizavam esse campo do jornal.

Diferentemente do setor noticioso, a seção de Avisos veiculava as notícias cotidianas da cidade:

Quem quiser comprar uma morada de casas de sobrado com frente para Santa Rita fale com Anna Joaquina da Silva, que mora nas mesmas casas ou com o Capitão Francisco Pereira de Mesquita que tem ordem para as vender (Gazeta do Rio de Janeiro, 17/09/1808, n.3)

Quem tiver um Armazém grande, e o quiser alugar por um ano, dando agora posse, ou em algum tempo futuro; fale sobre o seu ajuste com Nathiel Lucas na rua de S. Pedro, n.7 (Gazeta do Rio de Janeiro, 7/11/1810, n.89)

Quem quiser comprar um Mulatinho de idade de 18 anos com Ofício de sapateiro, fale com Anna Rosa de Lima, na rua da Ajuda, N° 28, pegado ao Ex Marques de Pombal (Gazeta do Rio de Janeiro, 2/05/1812, n.36)

Como vimos, cada setor, à sua maneira, tornava a *Gazeta do Rio de Janeiro* o veículo de comunicação, por excelência, na cidade ao longo dos quatorze anos de permanência do rei na Corte, ao mesmo tempo em que consolidava práticas que marcariam a história da imprensa brasileira. Nos três primeiros anos, por exemplo, o periódico foi redigido em uma coluna. A partir de 3 de julho de 1811, porém, a *Gazeta do Rio de Janeiro* passou a ser dividida em 2 colunas: foi a primeira mudança de *layout* da página que, ao se manter ao longo de todo o período, tinha o intuito de melhorar a leitura além de ser uma estratégia para atrair mais leitores. Além disso, a folha contou com a inserção de diversos outros campos presentes no setor noticioso.¹⁹

De acordo com o historiador Juarez Bahia, desde do início os membros da Junta Diretora do periódico preocuparam-se em estabelecer parâmetros editoriais na relação com seu público leitor. Desse modo, a *Gazeta do Rio de Janeiro* “já chegou aos leitores com preços fixos tanto para os exemplares avulsos quanto para o sistema de assinaturas, pagos adiantadamente; declarava também gratuita a inserção de anúncios, ambos concebidos com base na regularidade de datas. Os editores do jornal entregavam a um agente a responsabilidade de distribuição, descentralizando os serviços; e estabelecia prazo para as autorizações de propaganda, reservando tempo suficiente à composição, paginação e impressão; finalmente, estabelecia a distinção entre o jornal propriamente e a tipografia denominada Imprensa Régia”(BAHIA, 1972, p.14-15).

A leitura e pesquisa da história da *Gazeta do Rio de Janeiro* evidenciavam muitos aspectos da vida fluminense no tempo de D. João VI no Brasil: os conflitos de poder dentro da redação, as particularidades de cada um dos espaços que compunham a estrutura da folha, as relações sócio-políticas e culturais da Corte, os interesses da monarquia e a interação da imprensa com a sociedade fluminense redesenhavam os códigos de sociabilidade no Rio de Janeiro na época.²⁰

Todas essas questões permeavam o universo da vida jornalística na Corte nas esferas pública e privada e assim delineavam uma concepção particularizada de imprensa. A reconstituição dos primeiros conflitos de poder e sistematizações da vida impressa no Rio, entre os anos de 1808 e 1821, mesmo que tarefa difícil é, contudo, exercício mui prazeroso: permite-nos visitar uma nova e complexa realidade em que nos é dado conhecer o retrato de um tempo, cujas cores ainda que bem vivas também possuíam nuances obscuras por detrás de suas sombras.

NOTAS

¹ A partir de 28 de janeiro de 1808 era permitida a importação de gêneros e mercadorias estrangeiros, sobretudo das potências que mantinham boas relações com a Coroa Portuguesa. A lei referia-se, na prática,

A institucionalização da imprensa no Brasil:...

ao acordo com a Inglaterra, principal aliada de Portugal no âmbito da diplomacia européia, em meio às guerras napoleônicas, e rompia *definitivamente* com o Pacto Colonial ou exclusivismo Metropolitano. “O momento era propício, uma vez que o comércio brasileiro abria-se, justamente na época em que a maioria dos mercados tradicionais se fechava para a Grã-Bretanha”, afirmam Lília M. Schwarcz, Paulo César de Azevedo e Ângela Márquez da Costa, em *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, Cia das Letras, SP, 2002, p.231.

²O grande número de funcionários da Coroa, a população interna da cidade, a grande quantidade de escravos e o afluxo de estrangeiros de diversas nacionalidades, foi, decisivamente, o fator preponderante no crescimento e desenvolvimento da Corte, no período joanino. De acordo com o censo de 1821, analisado pela historiadora Leila M. Algranti, se em 1808 a população total da cidade girava em torno de 60.000 habitantes, em 1821, o Rio de Janeiro abrigava 79.321 residentes, sendo a constituição social da cidade 45,6% de população escrava e 54,4% de população livre. O resultado foi a triplicação da área da cidade, assim como o aumento da população escrava, à medida que a capital se expandia. ALGRANTI, Leila Mezan, *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Petrópoles: Vozes, 1988, p. 30

³ *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*, Dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1988. Metodologicamente, a historiadora dividiu a *Gazeta do Rio de Janeiro* com base em dois critérios: 1) em seções - noticiosa e de avisos e 2) divisão temporal (duas fases: 1808 a 1816 e 1817 a 1821). Apesar de minha abordagem sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro* ser muito diferente da ótica da pesquisadora fluminense, concordo com a divisão em seções feita por Teresa Cardoso, uma vez que esta é a estrutura do jornal ao longo do tempo. Em relação ao aspecto temporal, não mantenho a mesma concepção da historiadora. Nossa pesquisa concebe a produção da *Gazeta do Rio de Janeiro* pela sua concepção particularizada de imprensa que, acreditamos, esteve estritamente vinculada às questões políticas que permeavam condução do Império Português ao longo do período joanino, tais como: as guerras napoleônicas, a elevação do Brasil a Reino Unido, a Revolução Pernambucana e, ao final do período, a Revolução do Porto, de 1820.

⁴ Para análise mais aprofundada dessas relações ver CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy, *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para uma história da cidade (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, RJ, 1988 (mimeo), SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d' Ouro do Brasil*, Editora Cultrix, São Paulo, 1978. NEVES, Lúcia M^a. Bastos P. das, “Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)” IN *Ler História*, 23, 1892, p.61-78, SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Cia Nacional, São Paulo: 1978.

⁵ ARMITAGE, APUD SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966, p.23.

⁶ A circulação de informações entre Brasil e Europa foi uma atividade constante entre os anos de 1808 e 1821, sendo um dos grandes focos de preocupação da Monarquia Portuguesa. Da mesma forma que cá aportavam pacotes contendo jornais e documentos europeus, é mister destacarmos que a *Gazeta do Rio de Janeiro* também chegava aos portos lusitanos, circulava no país e fazia parte do rol de jornais considerados de interesse para os gazeteiros portugueses e a sociedade em geral. Esses dados e o enfoque dos periódicos portugueses da *Gazeta* serão analisados no segundo capítulo da Dissertação de Mestrado.

⁷ Na definição contemporânea de notícia temos: “notícia – Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia(...) Ineditismo, improbabilidade, interesse público, apelo e empatia são os critérios elementares para definir a importância de uma notícia.” *Novo Manual da Folha de S. Paulo* São Paulo, 1992, p.156.

⁸ Em relação ao universo letrado a autora explicita dados importantes, aferidos das escrituras testamentárias. Em Lisboa, em 1790, apenas 50% dos testadores são capazes de subscrever a sua declaração. Em comparação ao que denomina classes laboriosas (lojistas e artífices) estes apresentam ganhos substanciais em matéria de alfabetização, se partirmos de 1730 como parâmetro. Por fim, no que concerne às mulheres houve uma maior aproximação com a cultura escrita: 36% têm capacidade de escrita e leitura, em 1815. (Araújo, p.68-9). Ao estudar os processos censórios na América Portuguesa, no período joanino, a historiadora Leila M. Algranti questiona o fato vigente na historiografia em relação ao alto índice de analfabetismo, uma vez que havia uma considerável circulação de livros na Corte. Maiores informações ver ALGRANTI,

Leila Mezan, “Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil, IN TUCCI, Maria Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, SP, Edusp, 2002.

⁹ Em Portugal, a partir de 1752, com a morte de Montarroi, a posse da *Gazeta de Lisboa* passou, também por privilégio real, para os oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cuja redação era de responsabilidade de Pedro Antonio Correa Garçao, famoso membro da Arcádia. Quanto a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o periódico já nascia como propriedade desses oficiais. Essa tradição foi mantida no Brasil, no início do século XIX com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, uma vez que já chegava desse lado do Atlântico como periódico pertencente aos oficiais da Secretaria de Estado de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

¹⁰ Ao chegar ao Rio de Janeiro, vindo de Portugal, tornou-se membro da *Academia Scientifica*, fundada em 1772 pelo vice-rei Marquez de Lavradio. Quando do fechamento do estabelecimento em 1794 pelo vice rei conde de Rezende, Mariano da Fonseca foi preso por quase três anos. Ao sair da prisão em 1797, retomou a atividade de negociante, e ingressou na vida pública em 1802. MACEDO, Joaquim Manoel de, anno Biographico Brasileiro, vol. II, Typ. E litographia do imperial Instituto artístico, Rio de Janeiro, 1876, p. 69-73;

¹¹ Para maiores detalhes sobre a vida de Lisboa no período tanto quanto sua atuação como censor régio ver ALGRANTI, op.cit., especialmente cap. 4 e 5. Aspectos da vida de Silvestre Pinheiro Ferreira e José Saturnino da Costa Pereira, ambos diretores da Imprensa Régia, serão abordados no capítulo 2 dessa dissertação.

¹² Sobre alguns desses temas tratarei nos capítulos 2 e 3 desta Dissertação.

¹³ Ao analisar a ascensão da sociedade iluminista no século XVIII e dos valores que permearam a elite ilustrada na com o estado absolutista, o historiador Reinart Koselleck circunscreve um papel fundamental à crítica. Para o historiador, o papel do crítico foi fundamental para a emergência dos valores iluministas, sobretudo em França, Inglaterra e Alemanha. “O crítico julga todo homem virtuoso ‘como homem virtuoso, mas como homem’. Julgar criticamente é nivelar tudo, reduzir até mesmo o rei (...) à condição de cidadão”, afirma o autor (p.105). Uma vez que a crítica é a arte de julgar, e a sua atividade tem como praxis interrogar a autenticidade e a verdade de um fato, incluindo nesse ofício a conduta moral do rei, os redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, mesmo tentando exercitar a arte da distinção, característica intrínseca à crítica, julgando o que era autêntico ou inautêntico, verdadeiro ou falso, o belo e o feio e estarem, nesse sentido, em consonância com valores de um mundo dualista então vigente, eram – antes de tudo – súditos do Rei e buscavam sustentar a já frágil estrutura do seu poder absoluto. Para uma análise mais refinada ver Koselleck, Reinart, *Crítica e Crise*, Ed. da Uerj, 1999, p.88-110.

¹⁴ Ao nos referirmos aos leitores, estamos circunscrevendo sua participação na seção de “Avisos”, espaço onde, além da publicação dos anúncios particulares, havia uma importante interação entre os leitores e as notícias cotidianas da cidade como a venda e sumiço de escravos, compra de livros e imóveis, leilões, etc.

¹⁵ Entre 1808 e 1821, foram publicadas 1413 edições da *Gazeta do Rio de Janeiro*, e circularam 204 números extras, as já denominadas *Gazetas Extraordinárias*.

¹⁶ Expressão utilizada por DARTON: 1986: 212 ao abordar o trabalho narrativo de D’Heremy, inspetor da polícia de Pais, no século XVIII.

¹⁷ Entre os anos de 1808 e 1821, a *Gazeta do Rio de Janeiro* teve três redatores: de 1808 a 1812: Frei Tibúrcio José da Rocha; de 1812 a 1821: Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e de 09/1821 a 12/1822 Francisco Vieira Goulart.

¹⁸ Para uma análise aprofundada do significado dos festejos na Corte Joanina, ver LOPES, Emilio Carlos Rodrigues, *Festas Públicas, Memória e Representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro: 1808-1822*, São Paulo: Humanitas, 2004. (especialmente cap.1).

¹⁹ A apresentação e detalhamento desses “outros campos” são trabalhados no primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado.

²⁰ “A estada de dom João no Rio de Janeiro viria a deflagrar, assim, duas ordens de transformações. A primeira, de reordenamento político-jurídico do país; a outra intrinsecamente ligada a ela: a dos resultados do encontro de duas configurações sociais distintas, a sociedade de corte portuguesa migrada com a família real e a sociedade fluminense que a recebeu, que tinham o ápice de sua hierarquia social os comerciantes de “grosso trato”, envolvidos no comércio intercontinental de gêneros tropicais e no tráfico negroiro – e que estendiam suas redes por outras atividades, como o abastecimento interno e o sistema de crédito”. MALERBA, Jurandir, *A corte no exílio: civilização e poder às vésperas da independência (1808-1821)*, Cia das Letras, São Paulo, 2000, p.21.

REFERÊNCIAS

FONTES:

Gazeta do Rio de Janeiro (1808 -1821)

LIVROS E ARTIGOS:

ALGRANTI, Leila Mezan, *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbanano Rio de Janeiro* (1808-1822). Petrópoles: Vozes, 1988.

_____, “Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil, IN TUCCI, Maria Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, SP: Edusp, 2002.

ARAÚJO, Ana Cristina, *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*, Lisboa: Livros Horizontes, 2003.

BAHIA, Juarez, *Jornal, história e técnica*, 3ed., São Paulo: IBASA, 1972.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy, *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para uma história da cidade* (1808-1821). Dissertação de Mestrado, UFRJ, RJ, 1988 (mimeo).

DARNTON, Robert, *O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa*, tradução de Sonia Coutinho, 4ªed, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2001.

DIAS, Maria Odila Silva, “A Interiorização da Metrópole (1808-1853) IN MOTA, Carlos Guilherme, 1822: *Dimensões* São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

KOSELLECK, Reinart, *Crítica e Crise*, Rio de Janeiro: ed. da UERJ, 1999.

LOPES, Emilio Carlos Rodrigues, *Festas Públicas, Memória e Representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro: 1808-1822*, São Paulo: Humanitas, 2004. (especialmente cap.1).

MALERBA, Jurandir, *A corte no exílio: civilização e poder às vésperas da independência* (1808-1821), São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MARTINS, Wilson, *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*, 2ªed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, e OLIVAL, ,Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. 1 (1729-1731), Lisboa: Edições Colibri, 2002.

MORAES, Rubens Borba de, *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

NEVES, Lúcia M^a. Bastos P. das, “Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)” IN *Ler História*, n.23, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M., Paulo César de Azevedo e Ângela Márquez da Costa, *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d' Ouro do Brasil*, São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

_____, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo: Cia Nacional, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*, Ed. Unesp, 1999.

DICIONÁRIOS E OBRAS DE REFERÊNCIA:

CABRAL, Alfredo do Valle, *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1898 a 1821*, Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1881

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de, *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*, São Paulo: Edusp, 1993.

Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, V. 16, Lisboa: Imprensa nacional, 1860.

Novo Manual da Folha de S. Paulo São Paulo, 1992, p.156.

SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario de Língua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813, v.2.